Revista Poíesis Pedagógica

Ano 2025 – Jan./Dez.
Volume 23, e2025012
Páginas 1–14
ISSN 2178–4442
10.69532/2178-4442.v23.75096

Artigo Original

A Práxis sob Risco na Era Digital: uma Análise da Escrita Acadêmica Mediada por Inteligência Artificial

Praxis at Risk in the Digital Age: An Analysis of Academic Writing Mediated by Artificial Intelligence

La praxis en riesgo en la era digital: un análisis de la escritura académica mediada por inteligencia artificial

Ricardo Eleutério dos Anjos
Universidade Federal de Catalão

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os limites da produção de textos acadêmicos por meio da inteligência artificial (IA) a partir da relação entre atividade teleológica, atividade cognoscitiva e práxis. Sustenta-se que a práxis não se reduz ao plano teleológico e do conhecimento, exigindo a ação concreta do indivíduo sobre a matéria para que ocorra a objetivação da subjetividade e a formação humana. Argumenta-se que, ao delegar à IA a realização da escrita do texto acadêmico, o sujeito rompe com a unidade entre pensamento e ação, caracterizando uma forma de práxis utilitária imediata. Defende-se, contudo, que a IA pode constituir uma mediação válida desde que subordinada à atividade consciente do indivíduo. O texto propõe, assim, uma reflexão crítica sobre os usos pedagógicos e éticos da IA na graduação e na pós-graduação, reafirmando a centralidade da práxis na formação acadêmica e na constituição do ser social.
Palavras-chave: Práxis; Inteligência Artificial; Escrita Acadêmica.

Abstract

This article aims to examine the limits of academic text production through artificial intelligence (AI) by exploring the relationship between teleological activity, cognitive activity, and praxis. It argues that praxis cannot be reduced to either the teleological or cognitive dimensions, as it requires the individual's concrete engagement with material reality to achieve the objectification of subjectivity and human development. The paper contends that when the act of writing an academic text is delegated to AI, the subject disrupts the unity between thought and action, thereby producing a form of immediate utilitarian praxis. Nonetheless, it maintains that AI may function as a legitimate mediating tool, provided it remains subordinate to the individual's conscious activity. The article thus offers a critical reflection on the pedagogical and ethical uses of AI in undergraduate and graduate education, reaffirming the centrality of praxis in academic format
Keywords: Praxis; Artificial intelligence; Academic writing.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los límites de la producción de textos académicos mediante la inteligencia artificial (IA), a partir de la relación entre la actividad teleológica, la actividad cognoscitiva y la praxis. Se sostiene que la praxis no puede reducirse a los planos teleológico y cognoscitivo, ya que requiere la acción concreta del individuo sobre la materia para que ocurra la objetivación de la subjetividad y la formación humana. El artículo argumenta que, al delegar el acto de escritura académica a la IA, el sujeto rompe la unidad entre pensamiento y acción, caracterizando una forma de praxis utilitaria e inmediata. No obstante, se plantea que la IA puede constituir una mediación válida siempre que permanezca subordinada a la actividad consciente del individuo. El texto propone, así, una reflexión crítica sobre los usos pedagógicos y éticos de la IA en la educación de grado y posgrado, reafirmando la centralidad de la praxis en la formación académica y en la constitución del ser social.
Palabras clave: Praxis; Inteligencia Artificial; Escritura Académica.

CC BY

OPEN ACCESS

1. INTRODUÇÃO

A crescente incorporação da inteligência artificial (IA) nos processos de produção acadêmica tem provocado profundas transformações nas formas de conceber, elaborar e comunicar o conhecimento. Ao automatizar etapas significativas da escrita, essas tecnologias colocam em questão não apenas os critérios de autoria e originalidade, mas, sobretudo, o caráter formativo da atividade intelectual. Em um cenário marcado pela aceleração das tarefas e pela valorização de resultados imediatos, torna-se necessário problematizar em que medida o uso da IA na escrita acadêmica compromete a constituição do sujeito como autor, produtor e agente de sua formação.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar os limites da produção de textos acadêmicos por meio da IA a partir da relação entre atividade teleológica, atividade cognoscitiva e práxis. Sustenta-se que a escrita, enquanto um tipo de trabalho não material (Saviani, 2011), constitui um momento privilegiado da práxis humana, pois nela se realiza a objetivação da subjetividade e a apropriação ativa do conhecimento. Delegar essa atividade à máquina, portanto, pode significar a ruptura entre pensamento e ação, entre projeto e realização, esvaziando o potencial formativo da escrita.

Trata-se de uma análise teórico-conceitual fundamentada na abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético. Esse método, conforme Marx (2015), evidencia que o percurso do conhecimento se realiza do empírico ao concreto por meio das abstrações. Tal procedimento não se restringe à análise da reprodução social determinada pela lógica do capital, mas constitui um método indispensável às ciências em geral. O movimento, no pensamento, do concreto em sua forma caótica ao concreto pensado, mediado pelas abstrações, configura, segundo Kopnin (1966), a lei universal do desenvolvimento dos conhecimentos humanos e ocupa um lugar central na dialética materialista.

De acordo com Martins e Lavoura (2018), a pesquisa teórica fundamentada no materialismo histórico-dialético segue uma estruturação específica que envolve os seguintes aspectos: a explicitação dos significados dos conceitos apresentados nas obras selecionadas e suas inter-relações, visando à formulação de uma síntese preliminar em relação ao material em análise; a identificação das ideias diretrizes, ou seja, das asserções e das razões subjacentes presentes nos textos, revelando as relações fundamentais entre as asserções e suas razões; a diferenciação e a análise comparativa das ideias diretrizes entre si, para determinar a importância relativa de cada uma no contexto das produções do autor em foco; e, por fim, a operação de síntese, que consiste na integração racional dos dados descobertos no conjunto organizado das produções sobre o tema investigado.

Com base no procedimento metodológico acima descrito, o presente artigo organiza-se em quatro itens. O primeiro retoma os fundamentos ontológicos da atividade humana, com ênfase na relação entre teleologia, cognição e práxis, tendo como referências teóricas Marx (2013), Vázquez (2011) e Kosik (2011). O segundo propõe as primeiras aproximações ao tema da linguagem escrita como forma de práxis a partir de Vygotski[1] (2001) e Heller (1991). Com base nos autores citados, o terceiro item realiza uma análise crítica do uso da inteligência artificial na produção acadêmica,

1 O nome Vigotski é encontrado na literatura de várias formas, tais como Vygotsky, Vygotski, Vigotskii. A grafia "Vigotski" será padronizada neste trabalho, porém, quando tratar-se de referência a uma edição específica, será preservada a grafia usada naquela edição.

problematizando em que medida essa prática pode implicar o esvaziamento da ação humana e a perda do potencial formativo do trabalho intelectual. Por fim, o quarto item apresenta as considerações finais, nas quais se discute a possibilidade de um uso formativo da IA, subordinado à atividade consciente do ser humano, reafirmando-se a centralidade da práxis no processo de formação acadêmica.

2. A PRÁXIS E A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE ATIVIDADE TELEOLÓGICA E COGNOSCITIVA

> [...] os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que trata é de transformá-lo (Marx; Engels, 2001, p. 103).

A atividade vital que distingue o ser humano dos demais animais é o trabalho. Enquanto os animais agem instintivamente para adaptar-se à natureza e garantir a sobrevivência da espécie, o ser humano, por meio do trabalho, transforma a natureza, produzindo os meios necessários à sua existência individual e coletiva. Tal transformação é possível porque a atividade humana se tornou consciente, portanto, teleológica, isto é, orientada por fins previamente idealizados. Conforme Marx e Engels (2001), ao satisfazer uma necessidade por meio do trabalho, surgem novas e mais complexas necessidades, que impulsionam o desenvolvimento de formas mais elaboradas de agir, sentir e pensar. Trata-se, pois, de uma atividade que não apenas assegura a vida da espécie, mas também amplia qualitativamente as possibilidades humanas.

Essa distinção entre a atividade consciente do ser humano e a atividade adaptativa dos demais animais repousa em fundamentos ontológicos e histórico-sociais analisados por Marx (2015) e seus continuadores. Essa diferenciação não se reduz à capacidade biológica ou à inteligência individual, mas se revela no modo como os seres humanos se relacionam com a natureza, com a sociedade e com sua própria história.

A atividade dos demais animais é caracterizada como uma atividade imediata e instintiva. Como afirma Márkus (2015), tal atividade coincide imediatamente com a satisfação ativa da necessidade dada. Nessa forma de atividade, não há mediação simbólica, nem consciência da finalidade da ação, trata-se de um comportamento limitado pela hereditariedade e pela experiência individual imediata. Em contraste, a atividade vital do ser humano, o trabalho, constitui uma ação mediada, consciente, social e historicamente determinada. Diferente da simples adaptação, o trabalho é a atividade por meio da qual os homens produzem os meios de sua existência e, nesse processo, transformam a natureza e a si próprios. Marx e Engels (2001) enfatizam que essa produção não se restringe à satisfação das necessidades imediatas, mas gera novas necessidades, ampliando constantemente a esfera das necessidades humanas e impulsionando o desenvolvimento histórico. O trabalho, portanto, é uma atividade teleológica, que envolve a antecipação mental dos resultados, o planejamento, a mediação de instrumentos e a transformação objetiva da realidade.

Luria (1979) identifica três traços fundamentais que distinguem a atividade consciente humana do comportamento dos demais animais. Em primeiro lugar, a atividade do ser humano não está subordinada exclusivamente a necessidades biológicas. Ao contrário, ela é orientada por necessidades superiores, como a busca por conhecimento, a necessidade de comunicação, a realização pessoal, o desejo de ser útil à sociedade e de ocupar um lugar nela.

O segundo traço distintivo da atividade consciente humana, conforme assinala Luria (1979), reside no fato de que, ao contrário dos animais, a ação do ser humano não é necessariamente determinada por estímulos imediatamente perceptíveis, por impressões sensoriais evidentes oriundas do meio ou por marcas da experiência individual imediata. Trata-se, portanto, de uma atividade mediada, e não imediata. Devido à mediação cultural, o ser humano é capaz de refletir sobre a realidade de maneira mais profunda, superando a reação direta aos estímulos externos. Ele pode "[...] abstrair a impressão imediata, penetrar nas conexões e dependências profundas das coisas, conhecer a dependência causal dos acontecimentos e, após interpretá-los, tomar como orientação não impressões exteriores, porém leis mais profundas" (Luria, 1979, p. 72).

O terceiro traço diferencial apontado por Luria (1979) é que a atividade do ser humano se desenvolve com base na apropriação da experiência histórico-cultural acumulada pelas gerações anteriores. Ao contrário dos demais animais, cujo comportamento deriva apenas da herança biológica e da experiência pessoal, o ser humano apropria-se de conhecimentos, habilidades e valores produzidos socialmente. Essa apropriação se dá, desde os primeiros anos de vida, por meio da educação. A criança aprende a linguagem, o uso de instrumentos e os costumes de sua sociedade, e, posteriormente, no contexto escolar, apropria-se das objetivações culturais mais elaboradas, como a arte, a ciência, a filosofia e a política.

Neste contexto, Leontiev afirma:

> Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são criadores. As gerações humanas morrem e sucedem-se, mas aquilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhes foram transmitidas e "passam o testemunho" do desenvolvimento da humanidade (Leontiev, 1978, p. 267).

Ademais, a atividade consciente do ser humano revela-se na capacidade de antecipar mentalmente os resultados das ações antes de sua materialização. Marx (2013) exemplifica essa atividade ao comparar o ser humano à aranha e à abelha. Embora esses animais também produzam estruturas complexas, como a teia e a colmeia, a criação humana se diferencia porque é concebida previamente no pensamento. Essa antecipação, que se expressa na forma de projeto, torna o fazer humano essencialmente criador. A casa, a escultura, a sinfonia etc. todas são exemplos de criações humanas que, antes de ganharem forma no mundo objetivo, existiram na esfera ideativa. É essa capacidade de conceber o novo antes de realizá-lo que confere ao ser humano a possibilidade de operar transformações profundas na natureza e na sociedade.

Na atividade prática, o ser humano se confronta com os objetos do mundo e, por meio da consciência, projeta-se adiante. Saviani (2015) expressa essa ideia ao analisar as raízes latinas dos termos "objeto" e "projeto". Enquanto *ob-jectus* remete ao que é lançado diante do sujeito, *pro-jectus* refere-se àquilo que é lançado adiante. Assim, o ser humano, na relação com o mundo, não apenas se vê diante de objetos, mas projeta-se na direção deles, antecipando mentalmente as transformações que deseja operar. Nesse processo, a consciência não é apenas reflexo da rea-

lidade, mas condição para sua transformação. Destarte, a atividade consciente é o lugar onde se constitui o projeto humano de transformar a realidade objetiva.

O trabalho é, assim, o fundamento da práxis humana, compreendida como atividade objetiva, consciente, teleológica e transformadora. É na unidade entre idealidade e materialidade, pensamento e ação, projeto e realização, que se manifesta a verdadeira dimensão do humano. O ser humano, ao transformar o mundo por meio do trabalho, transforma também a si mesmo, em um processo contínuo de humanização.

Vázquez (2011, p. 227) ao analisar a categoria de práxis, assevera que "[...] o fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana". Trata-se de uma atividade que se efetiva na relação com a matéria, transformando-a e, ao fazê-lo, transformando também o próprio indivíduo. De acordo com o autor, a consciência não é por si só transformadora; ela é condição da transformação, mas necessita da ação prática, material, para objetivar-se e produzir mudanças na realidade.

A práxis é caracterizada por uma relação dialética entre teoria e prática, entre ideal e o material. Nas palavras do autor supracitado:

> A atividade prática é, por isso, simultaneamente subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência, ideal e material, e tudo isso em unidade indissolúvel. O sujeito, por um lado, não prescinde de sua subjetividade, mas também não se limita a ela; é prático na medida em que se objetiva, e seus produtos são a prova objetiva de sua própria objetivação (Vázquez, 2011, p. 265).

Vázquez (2011) ressalta que a atividade prática não apenas realiza o ideal previamente formulado, mas modifica o idealizado em função das exigências do próprio processo. Assim, há um movimento de retroalimentação entre o ideal e o material, em que o ideal inicial é revisto e reconstruído à medida que o sujeito se defronta com os limites, resistências e possibilidades da realidade objetiva. Essa dinâmica é expressa na afirmação de que a atividade prática implica não só a sujeição de seu lado material ao ideal, mas também a modificação do ideal face às exigências do real. Nas palavras do autor, "[...] na práxis criadora, não só a matéria se ajusta ao fim ou projeto que se quer plasmar nela, como também o ideal tem de se ajustar às exigências da matéria, e às mudanças imprevistas que surgem no processo prático" (Vázquez, 2011, p. 277).

Desse modo, a atividade prática humana aparece como um processo histórico e dialético, no qual o sujeito transforma o mundo e a si mesmo. O resultado de sua ação não é a mera reprodução de um modelo ideal, mas um produto novo, modificado pelas determinações do real. A práxis, portanto, não é a simples execução de um plano ideal, mas a unidade viva entre teoria e prática, consciência e realidade, sujeito e objeto. Como afirma Vázquez (2011), essa unidade se realiza na medida em que a consciência guia e, ao mesmo tempo, é guiada pelo processo concreto de realização dos fins traçados.

No interior dessa dinâmica, Vázquez (2011) destaca duas dimensões fundamentais da atividade consciente do ser humano: a atividade teleológica e a atividade cognoscitiva.

A atividade teleológica, reitera-se, consiste na capacidade de o sujeito projetar, idealmente, um fim antes de iniciar sua ação. Marx (2013, p. 302) evidencia essa antecipação ideal no trabalho

humano ao afirmar que, "[...] no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente". Tal antecipação não se confunde com o resultado efetivo, mas o orienta, configurando-se como regulação consciente dos atos práticos. Assim, os atos humanos não se reduzem a atos instintivos, mas são determinados por uma finalidade que atua como lei do processo.

Essa dimensão teleológica, contudo, não pode prescindir da atividade cognoscitiva, ou seja, da capacidade de conhecer a realidade, apreendê-la conceitualmente, elaborar hipóteses, representações e modelos explicativos. Embora a atividade cognoscitiva, por si só, não transforme o real, uma vez que não se objetiva materialmente, ela fornece os elementos indispensáveis para a formulação de fins, permitindo ao indivíduo projetar transformações possíveis da realidade (Vázquez, 2011). Por isso, a atividade cognoscitiva e a atividade teleológica não se opõem, mas se articulam num mesmo movimento prático, em que conhecer e planejar a transformação da realidade integram-se como momentos distintos de um mesmo processo.

Essa relação entre atividade cognoscitiva e teleológica é evidenciada na atividade prática humana. O trabalho, como atividade fundamental da práxis, não apenas transforma a natureza, mas pressupõe o conhecimento das propriedades da matéria, de seus limites e potencialidades. A transformação real do mundo natural ou social exige, portanto, tanto a antecipação do fim como idealidade quanto o domínio teórico-cognitivo dos meios. É nesse sentido que a consciência estabelece o fim como "lei dos atos", aos quais subordina e regula, transformando-os em atos humanos propriamente ditos (Vázquez, 2011).

A categoria de práxis é, ao mesmo tempo, teleológica, por envolver a projeção consciente de fins; cognoscitiva, por exigir o conhecimento da realidade e dos meios disponíveis; e prática, por se efetivar na transformação objetiva do real e na produção concreta. "O objetivo (o produto) é o resultado real de um processo que tem seu ponto de partida no resultado ideal (fim)" (Vázquez, 2011, p. 265). Assim, o ser humano se torna sujeito da sua história ao agir para satisfazer necessidades, produzir cultura, construir conhecimentos, transformar a natureza e instituir novas formas de vida social. Por isso, a separação entre pensar e fazer, entre projetar e realizar, entre saber e agir, constitui uma ruptura na práxis, uma cisão que ameaça a própria condição de humanização.

Este texto problematiza a relação entre a atividade humana e a mediação tecnológica a partir da noção marxista de práxis. Partindo da ideia de que a práxis não se limita ao plano da consciência ou do projeto, mas exige a ação concreta do indivíduo sobre a realidade, discute-se os limites do uso da inteligência artificial (IA) na produção de textos acadêmicos. Delegar a escrita à IA, a partir de comandos idealizados por humanos, constitui uma práxis? Ou seria uma cisão entre idealidade e ação, rompendo a unidade fundamental do fazer humano?

3. A LINGUAGEM ESCRITA COMO PRÁXIS

Neste item, não se pretende realizar uma análise especializada sobre o tema da escrita, mas delineá-la como uma forma específica de linguagem mediada por signos, que amplia significativamente a capacidade de pensamento, de planejamento e de autorregulação do comportamento. Busca-se, ainda, destacar o papel formativo da escrita no contexto acadêmico, considerando suas implicações para o desenvolvimento humano.

A linguagem escrita, conforme as contribuições de Vygotski (2001), pode ser compreendida como uma forma superior de objetivação do pensamento, desenvolvida historicamente como mediação cultural e social. Sua constituição, estrutura e função não devem ser reduzidas a um sistema técnico de signos, mas analisadas como expressão de um tipo específico de atividade humana: a práxis. Quando situada nesse horizonte, a escrita acadêmica não se configura apenas como um instrumento de comunicação, mas como uma atividade formativa, transformadora e constitutiva do indivíduo.

Na perspectiva de Vygotski (2001), a linguagem escrita representa uma forma complexa e desenvolvida de linguagem, distinta da fala cotidiana. É um discurso realizado na ausência de um interlocutor imediato e, por isso, exige maior elaboração conceitual, organização sintática e nitidez semântica. A produção escrita demanda da pessoa um nível elevado de planejamento, abstração e controle consciente da linguagem, mobilizando funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória lógica e o pensamento por conceitos.

Vygotski (2001) afirma que, ao escrever, o indivíduo não apenas traduz pensamentos em palavras, mas reconstrói o próprio pensamento em função das exigências da linguagem escrita. O processo de escrita envolve, portanto, uma transformação interna porque, antes de se expressar por meio do texto, a pessoa elabora mentalmente uma organização prévia do conteúdo que deseja comunicar. Nesse sentido, a linguagem escrita exige uma forma de atividade intelectual que ultrapassa a comunicação imediata e possibilita o desenvolvimento da consciência em suas máximas possibilidades.

Tuleski, Chaves e Barroco (2012), com base nos aportes teóricos de Vigotski e Luria, argumentam que as funções psicológicas superiores não são meramente extensões de processos elementares, mas formações qualitativamente novas que surgem da internalização de instrumentos psicológicos (Vygotski, 2013), entre os quais a linguagem escrita ocupa posição central. Segundo as autoras, o desenvolvimento da escrita altera estruturalmente o funcionamento psíquico, promovendo a passagem de ações imediatas e impulsivas para ações mediadas por signos, o que possibilita o ser humano antecipar mentalmente os fins a serem alcançados.

Nesse sentido, a escrita é concebida como produto da atividade consciente e, ao mesmo tempo, condição para o desenvolvimento da capacidade de abstração, de análise e de síntese. Escrever é, portanto, um ato de elaboração teórica, que exige a mobilização consciente das operações mentais. O domínio da linguagem escrita amplia a capacidade do indivíduo de orientar-se no mundo, de comunicar ideias de forma precisa e de participar ativamente da produção e transmissão do conhecimento socialmente elaborado. Dessa forma, o acesso à escrita não deve ser compreendido como um privilégio técnico, mas como uma necessidade ética e política, condição para a humanização e o desenvolvimento pleno dos indivíduos (Tuleski; Chaves; Barroco, 2012).

Assim, a importância da linguagem escrita para o desenvolvimento psicológico reside no fato de que ela promove não apenas uma nova forma de comunicação, mas um novo modo de pensar, planejar e agir. Apropriar-se da linguagem escrita é, nesse sentido, apropriar-se de uma forma historicamente elaborada de organizar o pensamento, condição para o exercício da liberdade e da autonomia intelectual.

Heller (1991) contribui para esse debate ao afirmar que a escrita não surge como uma necessidade imediata da comunicação humana, mas como uma objetivação derivada do sistema linguístico-fonético. Trata-se, portanto, de um sistema de signos derivado, que passou a coexistir com o sistema oral, sem, contudo, substituí-lo. A autora enfatiza que o surgimento da escrita não foi resultado de um processo linear, mas sim de necessidades histórico-sociais, como a formação de grandes unidades sociais e econômicas, que exigiram um novo tipo de mediação comunicativa.

No processo de desenvolvimento da linguagem escrita, Heller destaca a sua distinção estrutural e funcional em relação à fala. Enquanto a linguagem falada se ancora em contextos situacionais imediatos, sendo dependente de elementos como a entonação, o gesto e a presença física dos interlocutores, a linguagem escrita exige precisão, clareza e autossuficiência do enunciado. A escrita não pode se apoiar em elementos extralinguísticos para garantir a inteligibilidade da mensagem, o que a obriga a assumir uma estrutura mais elaborada, formal e descritiva. Além disso, Heller (1991) aponta que, ao contrário da fala, a linguagem escrita exige aprendizagem sistemática, sendo produto de práticas sociais mais complexas, historicamente situadas.

Outro aspecto relevante da análise de Heller (1991) refere-se à função social da escrita. Por longos períodos da história, a escrita desempenhou papel irrelevante na vida cotidiana, sendo restrita a camadas dominantes e a práticas sociais específicas, como o direito, a ciência e a religião. Somente com o advento da economia burguesa e da consolidação do Estado moderno é que a escrita se torna elemento constitutivo da vida prática, transformando-se em instrumento indispensável de trabalho, organização social e circulação de saberes. Nesse contexto, a autora observa como a escrita passou a acumular funções antes inexistentes, como a preservação de informações, a sinalização de espaços públicos e privados e a organização de processos burocráticos e produtivos.

No entanto, mesmo com o avanço da escrita, o predomínio da linguagem falada na vida cotidiana permanece inalterado. Heller (1991) afirma que o sistema de signos ao qual corresponde a função de primeiro plano na conduta cotidiana ainda é, e por muito tempo continuará sendo, o linguístico-fonético. Isso se deve, em parte, à sua eficiência comunicativa, à baixa demanda energética, à sua independência das condições visuais e à sua adequação às interações imediatas que caracterizam a sociabilidade cotidiana.

Por fim, Heller (1991) chama atenção para os impactos da escrita no uso linguístico. Ao introduzir um novo sistema de signos, a escrita transforma o modo como os sujeitos se relacionam com a linguagem, pois exige um distanciamento da situação comunicativa imediata, impõe a nomeação explícita do destinatário, e demanda maior elaboração na construção das frases. Aprende-se a escrever, mas também se aprende uma nova forma de pensar e organizar o discurso.

Com base nessas contribuições, é possível compreender a escrita, especialmente a acadêmica, como uma expressão concreta da práxis humana. Como exposto anteriormente, na tradição marxista, a práxis é entendida como atividade consciente e transformadora, que articula a idealização de um fim com a ação material sobre a realidade (Vázquez, 2011). Escrever academicamente não é apenas elaborar um texto, mas agir sobre a linguagem como matéria simbólica, construindo conhecimento e, nesse processo, reconfigurando-se como sujeito.

Pode-se inferir que a produção de textos acadêmicos envolve etapas articuladas da práxis. O momento teleológico corresponde à projeção de um objetivo, como uma dissertação ou um artigo. O momento cognoscitivo diz respeito à investigação do objeto, à construção argumentativa e à interlocução teórica. Já o momento prático concretiza-se na escrita propriamente dita, na reescrita e na revisão, ações pelas quais o pensamento se objetiva em linguagem e o sujeito se forma em sua relação com o saber.

Essa atividade, portanto, não é apenas operativa, mas formadora. Ao escrever, o indivíduo não apenas comunica, mas se apropria criticamente do conhecimento, reelabora suas formas de pensar e se constitui como autor. A escrita acadêmica é, assim, uma prática privilegiada da práxis humana, pois nela convergem o trabalho simbólico, a mediação consciente e o desenvolvimento intelectual. Reduzir a escrita à dimensão técnica é esvaziá-la de seu potencial formativo. Afirmá-la como práxis implica reconhecer que a formação acadêmica demanda esforço teórico, elaboração conceitual e participação ativa na construção do conhecimento. Escrever é, nesse sentido, uma forma de agir no mundo e sobre si mesmo.

4. A ESCRITA DELEGADA À IA E A AMEAÇA À PRÁXIS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Até o momento, pode-se concluir que práxis não é apenas atividade pensante, nem mera idealização de um fim. Trata-se de uma ação concreta, objetiva, que transforma a realidade e, simultaneamente, o próprio sujeito que a realiza (Vázquez, 2011). Essa concepção suscita um questionamento central: que tipo de ação está em jogo quando a produção de um texto é atribuída a uma máquina?

Formular um *prompt* para que uma inteligência artificial gere um texto configura uma atividade ideal, um projeto. O sujeito organiza uma intenção, antecipa um resultado, mas delega a execução material da linguagem escrita a um agente artificial. Assim, a transformação efetiva da matéria, o trabalho sobre a linguagem, não é realizada por quem a concebeu, o que compromete o processo formativo e transformador que caracteriza a práxis.

Inspirando-se na concepção de Marx (2013), segundo a qual o resultado do trabalho existe inicialmente na consciência, mas só se objetiva na transformação concreta da matéria, pode-se afirmar que o uso da IA nesse contexto rompe essa mediação. O texto produzido artificialmente realiza um projeto humano, mas sem sua ação direta sobre o objeto. O sujeito não age sobre a linguagem, não imprime nela sua subjetividade e, por isso, não se transforma. A práxis, nesse caso, é esvaziada. Quando muito, ela é substituída por uma prática funcional, adaptada às exigências imediatas, mas dissociada da relação crítica com o conhecimento.

Kosik (2011) denomina essa forma de atuação de "práxis utilitária". Trata-se de uma relação com o mundo moldada pelo senso comum e pela vida cotidiana, que impede a apreensão crítica da realidade. A práxis utilitária é fragmentária, superficial e opera com representações cristalizadas que não desvelam a essência dos fenômenos. O referido autor apresenta um exemplo do dinheiro que é ilustrativo: os indivíduos o utilizam e realizam com ele as transações mais complexas, sem, no entanto, compreenderem sua essência, sua gênese e sua função no sistema capitalista. O senso comum, alimentado por essa práxis, familiariza o ser humano com as coisas, mas não o conduz ao conhecimento da realidade objetiva.

Analogamente, ao utilizar a IA como produtora de textos, o pesquisador se coloca na posição de operador de ferramentas, e não como agente transformador por meio da linguagem. O conhecimento produzido por essa via tende à pseudoconcreticidade (Kosik, 2011), ou seja, uma aparência fenomênica que oculta a essência da realidade concreta e a efetiva mediação teórico-prática. O texto surge como produto acabado, mas desprovido do movimento interno que o vincula à subjetividade de quem escreve.

A escrita, como forma de trabalho, envolve escolha, conflito, elaboração. Produzir um texto é transformar a matéria da linguagem e, nesse processo, também se transformar. Quando esse trabalho é terceirizado à máquina, rompe-se a unidade entre pensamento e ação, entre idealização e realização. O resultado é uma alienação do processo, o que engendra uma espécie de fetichização tecnológica.

Refletir sobre o uso da IA na produção acadêmica exige, pois, problematizar se essa prática ainda configura uma práxis. Se compreendermos a práxis como fundamento do ser social, como atividade criadora que humaniza o sujeito, então a delegação da ação transformadora à máquina representa a perda dessa dimensão constitutiva. A subjetividade permanece em estado potencial, mas não se objetiva, não se realiza historicamente.

Essa dissociação entre projeto e execução remete à crítica de Marx e Engels (2001) ao idealismo alemão, que pressupunha a possibilidade de transformar o mundo apenas com ideias. Quando a inteligência artificial realiza aquilo que o sujeito apenas projetou, cria-se uma forma contemporânea de alienação, em que a produção ocorre sem apropriação, e o resultado aparece como algo externo ao sujeito que o iniciou. O sujeito planeja, mas não faz; pensa, mas não transforma; delega, mas não se forma no processo.

No contexto da produção industrial capitalista, o trabalho é parcelado, unilateral e repetitivo, e o operário é reduzido a executar movimentos determinados de antemão, sem compreender o todo do processo e sem intervir conscientemente em sua realização. Assim,

> A divisão e a especialização do trabalho — exigidas pelo próprio desenvolvimento técnico — convertem-se numa divisão do próprio homem, que põe todo o seu ser a serviço de uma só e única atividade, que corresponde a uma das operações da máquina. A universalidade do trabalho, do ponto de vista do operário, desaparece e, em seu lugar, temos a especialização estreita e unilateral do trabalhador, que se converte em um apêndice da máquina. Ele fica limitado, assim, a uma só operação, com o que seu trabalho se transforma numa atividade que se repete monotonamente e que não exige — ou o faz em grau mínimo — a intervenção da consciência (Vázquez, 2011, p. 283).

Essa separação entre a consciência e o fazer gera o que Vázquez chama de "cerceamento espiritual da mão", pois não se trata apenas de uma mutilação física, mas de uma mutilação entre teoria e prática, entre o ideal e o material. O operário não mais projeta, idealiza ou compreende o que faz. Sua atividade se converte em mera repetição de comandos, em nome da produtividade e da obediência à norma. "Essa limitação constante do homem a uma só atividade engendra o que Marx chamava de 'idiotismo profissional'" (Vázquez, 2011, p. 284).

No caso da escrita acadêmica contemporânea, quando delegada exclusivamente às ferramentas baseadas em IA, observa-se uma inversão estrutural do mesmo fenômeno. A IA assume a

função da "mão", ou seja, da materialização da linguagem, da redação concreta do texto. Aqui, não é a mão que se torna apêndice da máquina, mas a própria consciência do sujeito, que reduz sua participação à formulação de comandos (ou *prompts*) e delega à IA a tarefa de elaborar o texto. Há uma separação entre o plano da idealização e a materialidade do texto, gerando uma forma de alienação. Assim como o operário repete movimentos impostos, o sujeito que utiliza a IA de maneira passiva e acrítica abdica da luta formativa entre o pensamento e a expressão, entre o conceito e a linguagem. A atividade de escrever, enquanto mediação entre a subjetividade e a objetividade do mundo, é terceirizada. O produto pode até ser formalmente adequado, mas não é resultado de uma práxis, pois não há intervenção transformadora do sujeito no processo. Sua consciência, ao não participar da materialidade do trabalho, converte-se, ela própria, em funcionária da máquina.

Nesse cenário, o risco é a constituição de sujeitos intelectualmente passivos, que ocupam a posição de solicitadores de conteúdo, mas não de produtores de conhecimento. A prática acadêmica, reduzida à operação de comandos, torna-se incapaz de formar indivíduos críticos e conscientes, pois ignora a mediação necessária entre sujeito e objeto.

Diante disso, é urgente problematizar o lugar da inteligência artificial na formação universitária, especialmente na produção de textos como dissertações, artigos e projetos de pesquisa. Em um contexto em que tecnologias como o *ChatGPT* se popularizam como ferramentas de produção escrita a partir de comandos, cabe perguntar em que medida essa forma de produção pode ser reconhecida como práxis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando um sujeito elabora um *prompt*, define o tema, organiza palavras-chave e delega à IA a tarefa de redigir um texto completo, ele realiza apenas o momento teleológico e cognoscitivo da atividade. Ocorre que a formulação de fins ou a produção de conhecimentos não ultrapassam o âmbito da consciência e sua atividade não materializa. Portanto, "[...] tanto uma como outra são atividades; não são, de modo algum, atividade objetiva, real, isto é, práxis" (Vázquez, 2011, p. 227). Dessa maneira, o projeto está presente, a intenção existe, mas a ação criativa e transformadora sobre a linguagem é terceirizada. A produção textual não é mediada pela intervenção direta do indivíduo. Dessa forma, não há objetivação da subjetividade, nem apropriação plena do conhecimento. O texto é um produto, mas não resultado de uma atividade formativa, pois o sujeito não se transformou no processo.

Esse tipo de relação com a tecnologia pode ser lido como uma forma de cisão entre idealidade e prática, entre consciência e ação, justamente aquilo que a práxis busca superar. Quando a atividade intelectual se limita à concepção de um fim, e a realização é transferida para um agente não-humano, corre-se o risco de formar sujeitos que projetam sem transformar, desejam sem realizar. O conhecimento gerado nesse processo tende a não ser apropriado de modo pleno, não se integra à experiência subjetiva, e, por isso, pouco contribui para o desenvolvimento humano.

Mas isso não significa que a inteligência artificial deva ser rejeitada (Matias; Moresi; Santos, 2022). Ao contrário, a mediação técnica faz parte da história da práxis humana. Utilizando uma expressão de Vigotski (2024, p. 578), "[...] o fato de que é possível fazer mal uso de uma coisa não quer dizer que ela não pode ser usada". O que está em jogo é o modo como o sujeito se relaciona

com essa mediação. Se a IA é utilizada como ferramenta auxiliar e o indivíduo intervém ativamente sobre o texto, por meio da interpretação, da crítica, da reescrita e do aprofundamento, então há possibilidade de práxis.

A questão decisiva, portanto, não é usar ou não usar IA, mas: quem realiza a ação? quem transforma a matéria? quem se transforma no processo? A produção de conhecimento, no contexto da formação acadêmica, não pode ser reduzida à obtenção de resultados. Ela deve ser entendida como um processo de humanização, de trabalho não material (Saviani, 2011), de exercício prático sobre conceitos, teorias, hipóteses, linguagens e sentidos. Isso exige tempo, esforço e, sobretudo, presença ativa do indivíduo.

Assim, o uso da IA não é, em si mesmo, sinônimo de alienação. Mas é necessário distinguir a mediação técnica da substituição da ação humana. Quando o ser humano apenas comanda e a máquina realiza, o processo de formação se esvazia, e o conhecimento deixa de ser apropriado como resultado de uma atividade consciente. O conteúdo gerado permanece externo, não internalizado, e perde sua função formadora.

Por outro lado, se o uso da IA ocorre sob direção consciente do sujeito, que lê criticamente, escreve, reescreve, transforma e se envolve ativamente com o material produzido, então é possível considerar que há uma modalidade de práxis mediada por tecnologia. A questão-chave é verificar se há apropriação efetiva, se o sujeito transforma e se transforma na atividade. A objetivação da subjetividade, nesse contexto, é o critério que permite distinguir o uso formativo da IA de sua utilização meramente instrumental. Mas, tal discussão deve ser ampliada e sistematizada a partir de pesquisas futuras.

O critério decisivo não é apenas quem escreveu a primeira versão do texto, mas quem o produziu como resultado de um processo formativo, consciente e transformador. A práxis se realiza quando há engajamento material com a linguagem, com o conteúdo e com o mundo ao qual esse conteúdo se dirige. A produção de um texto, como qualquer trabalho, é uma forma de intervir na realidade simbólica e social. Se a pessoa não participa dessa intervenção, ela não se forma como tal, e a atividade permanece fora da práxis.

6. 6. REFERÊNCIAS

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

KOPNIN, P. V. **Logica Dialectica**. México: Editorial Grijalbo, S. A., 1966.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEONTIEV, Alexsei Nikoláievitch. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LURIA, Alexander Romanovich. **Curso de psicologia geral**: introdução evolucionista à psicologia. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MÁRKUS, Gyorgy. **Marxismo e antropologia**: o conceito de “essência humana” na

filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 223–239, set. 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes: 2001.

MATIAS, Klesia de Andrade; MORESI, Eduardo Amadeu Dutra; SANTOS, Pricila Kohls dos. Tendências em inteligência artificial e educação híbrida: um estudo exploratório. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 20, p. 76–96, 2022.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em

intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal**: marxismo e educação

em debate, salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximaçõçes. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TULESKI, Silvana Calvo; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima. Aquisição da linguagem escrita e intervenções pedagógicas: uma abordagem histórico-cultural. **Fractal**: Revista de Psicologia, Niterói, v. 24, n. 1, p. 27-44, jan./abr. 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Bueno Aires: Consejo Lationoamericano de Ciencias Sociales – Clasco: São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A história do desenvolvimento das funções psíquicas superiores. In: RIEBER, R. W.; ROBINSON, D. K. (Orgs.). **O esencial de Vigotski**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024. p. 545-629.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **Obras escogidas**. Tomo I. Madri: A. Machado Libros, S. A., 2013.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **Obras escogidas**. Tomo II. Madri: A. Machado Libros, S. A., 2001.

Como citar – ABNT

ANJOS, Ricardo Eleutério dos. A Práxis sob Risco na Era Digital: uma Análise da Escrita Acadêmica Mediada por Inteligência Artificial. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025012, Outubro, 2025.
https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.75096

Como citar – APA

Anjos, R. E. dos. (2025). A Práxis sob Risco na Era Digital: uma Análise da Escrita Acadêmica Mediada por Inteligência Artificial. *Revista Poíesis Pedagógica*, *23*, e2025012. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.75096

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial
Submetido: 28 de julho de 2025.
Aprovado: 30 de setembro de 2025.
Publicado: 07 de outubro de 2025.

Conflito de interesse
Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados
Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores
Resumo/Abstract/Resumen: Ricardo Eleutério dos Anjos; **Introdução ou Considerações iniciais:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Referencial teórico:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Metodologia:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Análise de dados:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Discussão dos resultados:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Conclusão ou Considerações finais:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Referências:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Revisão do manuscrito:** Ricardo Eleutério dos Anjos; **Aprovação da versão final publicada:** Ricardo Eleutério dos Anjos.

Direitos Autorais
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poíesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poíesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access
Este artigo é de acesso aberto (***Open Access***) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (***Article Processing Charges – APCs***). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la–ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

Licença de uso
Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Similaridade
Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço ***Similarity Check*** da Crossref.

Processo de avaliação
Revisão por pares duplo-cega (***Double blind peer review***).

Editora
Cláudia Tavares do Amaral

Fomento
O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

Publisher
Este artigo foi Publicado na **Revista Poíesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poíesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poíesis Pedagógica obteve **Qualis B1.**